

Estratégias para dominar a diferença: pensando criticamente nossas relações sociais contemporâneas

ANTONIO LUIZ DA SILVA*

Resumo

Neste ensaio refletiremos sobre algumas das estratégias que utilizamos em nossas relações sociais contemporâneas. Entendemos que, vivendo num universo violento, quando não estamos assumindo uma postura de distanciamento, descambamos para a subjugação do outro, sendo ambas formas de dominação. Argumentaremos que a dominação se manifesta tanto nas formas de interpretação e tradução das diferenças, quanto nas tentativas de extermínio da alteridade. Reconheceremos que quando não é possível interpretar, traduzir ou eliminar o outro, nos quedamos num distanciamento indiferente, aceitando a ambígua e autoritária, não menos problemática, tolerância. Defenderemos a busca do diálogo, da compreensão e do respeito ao outro como o caminho para a superação desta situação.

Palavras-chave: Diferença; relações; distanciamento; dominação; tolerância.

Strategies to dominate the difference: thinking critically our contemporary social relations.

Abstract

In this work we reflect about the model of our relationships in contemporary society. We understand that living in a violent world, when we are not assuming an attitude of distance, we set off for the domination of another. We argue that the domination manifests itself both in the interpretation and translation of the differences, how in attempts extermination of alterity. We recognize that when we cannot interpret, or eliminate the other, we stop into indifference, accepting ambiguous and authoritative, no less problematic, tolerance. Finally, we will defend the dialogue, the comprehension and the respect to each other as the road to overcome this situation.

Key words: Difference; relationships; distance; domination; tolerance.



* ANTONIO LUIZ DA SILVA é Doutorando em Psicologia (UFRN), Mestrado em Antropologia (UEPB), Especialização em Gestão Escolar (FAK-CE), Licenciatura em Psicologia (UEPB), Formação de Psicólogo (UEPB). Uma palavra de agradecimento ao antropólogo João Pedro Santana Neto (UEPB) e ao psicólogo Ronaldo Rodrigues Pires (UECE) pelas discussões com sugestões de melhoramentos das ideias aqui estabelecidas e a José Soares pela leitura crítica desta versão.



Para iniciar a reflexão

No século passado, um pensador cristão, o Thomas Merton (1968), por meio de uma publicação, afirmou que ‘homem algum é uma ilha’. Nela estava simbolizado que o cerne da vocação humana, antes de qualquer outra coisa, deveria permanecer aberto às relações. Mas, o que pensar da expressão que dá título ao livro e da natureza de seu conteúdo em nossa atualidade? Tudo aquilo ainda se aplica à nossa sociedade, profundamente marcada por uma lógica não favorável ao contato humano? Conforme Velho (2007, p. 27): “Estamos vivendo um processo particularmente ameaçador à vida social. É o desenvolvimento de uma cultura da violência em que a civilidade mais elementar se esfuma e florescem a agressividade e a truculência”. Se Thomas Merton teve ou ainda tem razão, se a vocação humana é ou deve ser aberta à relação, o que dizer das cercas elétricas, dos muros altos, dos condomínios exclusivos, das portas e

janelas sempre fechadas, das grades que cercam nossas propriedades, quase tudo na tentativa de nos proteger de pessoas? Como imaginar os acordos de seguranças particulares, da vigilância privada, dos interfones, dos porteiros eletrônicos que põem limites entre nós e aqueles que nos procuram, até mesmo com as melhores das intenções? O que pensar dos presídios superlotados em nosso país, ou da disposição histórica de mantermos sempre um quarto de despejo¹ para os desafortunados ao redor do mundo (BAUMAN, 1998), buscando sempre maior controle, especialmente punitivo, junto aos mais empobrecidos, adoecidos socialmente, estrangeiros, negros, jovens etc.? Sob qual forma podemos compreender os cordões de isolamento e os camarotes separatistas que nos regulam e limitam em nossa possível expansão afetiva, mesmo em nossos momentos de lazer? Para Bittencourt (2009, p. 67): “Esta é a estética da segurança que impõe uma lógica da vigilância e da manutenção da

¹ Em nosso meio essa forte expressão já foi usada, no século passado, pela escritora negra Carolina Maria de Jesus (1960), a partir da publicação de seu livro: “Quarto de despejo: diário de uma favelada”, em que revelava as agruras de sua vida explorada como mãe, poeta, escritora e catadora de lixo, em um ambiente comunitário muito empobrecido, sob condição miserável, em total abandono político e social.

devida distância aos tipos humanos estigmatizados como “indesejáveis”.

Toda essa sorte comportamental arredia parece entranhada em nossas vidas. “Estar seguro equivale a estar em casa, nutrido e sem riscos. A segurança e o desejo de preservá-la a qualquer custo impedem de se abrir as portas e enfrentar os perigos do “lá fora”, espectro das ilusões do bem-estar e da unidade” (CASTRO, 2013, p. 148). Assim, nas cidades grandes, já alcançamos o absurdo de não conhecer ninguém em nosso prédio, rua, bairro ou comunidade. É que na situação social amedrontada em que nos encontramos também não seria animador uma ida às relações do dia-a-dia com o coração e os braços abertos. Talvez por isso, a maioria das relações que temos construído não passa da epiderme, se resumindo a lacinhos frouxos, estritamente necessários, como um seco ‘oi’ ou um vago ‘bom dia’.

Diálogo aprofundado? Parece não ser tanto para o hoje de nosso existir. Isso faz parte de uma fórmula que tende a ficar cada vez mais no passado ou na utopia de um futuro. Assim, uma espécie de fobia social vai atravessando nossa existência inteira, sugerindo que vivamos sem o menor contato com aqueles que nos circundam diariamente.

Nesse ensaio, de natureza metodológica bibliográfica, com o apoio de pensadores das ciências sociais e humanas, alguns dos quais conhecidos(as) problematizadores(as) da diferença, objetivamos refletir sobre o modelo de nossas relações sociais na contemporaneidade. Para facilitar a leitura, dividimos o material em seis partes, além dessa introdução e da conclusão. Argumentaremos que pautamos nossos relacionamentos a partir de dois grandes paradigmas: o distanciamento e/ou a subjugação, sendo ambos formas sutis ou alardeosas de

dominação. Entendemos que, vivendo num universo violento, quando não estamos assumindo uma postura de distanciamento, descambamos para a subjugação do outro. Argumentaremos que estas estratégias de dominação se manifestam tanto nas formas de interpretação e tradução das diferenças, quanto nas tentativas de extermínio da alteridade. Além disso, quando não é possível interpretar, traduzir ou eliminar o outro, nos quedamos estrategicamente num distanciamento indiferente, aceitando a ambígua e autoritária, não menos problemática, tolerância. Defenderemos a busca do diálogo, da compreensão e do respeito ao outro como o caminho para a superação desta situação.

Afastamento e subjugação como partes do paradigma da dominação nas relações

Embora nos acerquemos de cuidados para não nos envolvermos com o outro, é importante lembrar que esse comportamento se aplica, sobremaneira, ao outro socialmente indesejável. Porém, como não há uma papeleta indicando quais outros ainda não estigmatizados publicamente são indesejáveis, a nossa seleção tende a ser feita quase que às cegas, no caminho de uma generalização indiscriminada. Logo, se o outro apresenta qualquer aspecto exótico, no sentido de diferir daquilo que nos é familiar, a nossa principal arma é indicar afastamento ou controle por nossos métodos.

Não é, possivelmente, o que temos de comum ou de aparentado que nos sugere clausura, mas o que dispomos de diferente. Como disse Batista (2005, p. 100): “O medo da diferença e do desconhecido é responsável, em grande parte, pela discriminação que afeta [...] a sociedade [...]”, entravando e estragando assim boa parte das nossas relações. E

aqui encontramos um problema sério a resolver, pois duas ou três pessoas nunca terão gostos, culturas, paladares, aparências totalmente semelhantes. Na verdade, nem mesmo os gêmeos idênticos conseguiriam tal façanha. De acordo com Edgar Morin (2002, p. 284): “Mesmo nos unicelulares, os indivíduos geneticamente semelhantes não são absolutamente idênticos [...]”. Sem sombra de dúvidas, o ser humano é mesmo da ordem do inclassificável e do irredutível. “Para dizê-lo de outra forma, nossa singularidade em cada caso individual está dada pelo fato de que cada um de nós tem uma história pessoal que faz de nós o que somos” (TOREN, 2012, p. 22). Somos, portanto, todos diferentes, que sorte a nossa! Somos homens, mulheres, crianças, idosos, adolescentes. Somos sexualmente diferentes. E esta “[...] diferença sexual é a diferença humana fundamental e aquela que possibilita a grande riqueza da diversidade” (FERRE, 2001, p.207).

Mesmo sabendo disso não aguentamos muito bem, para não dizer quase que de jeito nenhum, o incômodo da diferença, sobretudo porque ela traz consigo o caos e a desordem, a bagunça e a bagaceira. “Nosso desejo quer aparar as arestas do outro para torná-lo um mesmo, para fazê-lo caber em nossa normativa. O estranho e o diferente sempre trazem-nos algo de inquietante” (SILVA, 2013, p. 189). Mas também não suportamos o outro porque muitas vezes a sua diferença revela faces ocultas que não apreciamos em nós próprios, como já tão bem nos ensinou a psicanálise. Agora, como não temos outra opção, pois devemos viver em sociedade e não nos seria possível permanecer em nosso casulo social sempre, acabamos escolhendo como primeira e, na maioria das vezes, também uma derradeira forma de relação com o diferente as vias do afastamento ou da subjugação. Aliás,

nosso tratamento relacional, quando muito bondoso, frequentemente, tem se baseado na cortesia do distanciamento e da suspeição, e, quando mais enérgico, parte para a dominação do outro, buscando eliminar toda réstia de diferença. Desse modo, cada qual segue ‘cuidando de sua empobrecida existência’. “Tememos a proximidade do “Outro”, pois este [...] traz sempre consigo uma sombra ameaçadora, capaz de desestabilizar o frágil suporte de nossa organização familiar, de nossa atividade profissional e de nossa sociedade como um todo” (BITTENCOURT, 2009, p. 66).

Está claro para nós que tanto o afastamento quanto a subjugação são formas de dominação. O conceito de dominação, como afirmou Fraga (2013), baseando-se em Weber, apresenta-se de três formas, uma estatuída, uma consuetudinária e outra afetiva, as quais o autor denomina de legal, tradicional e carismática. Cada uma variando conforme as circunstâncias em que ela é acionada, exigindo maior ou menor enquadramento dos sujeitos envolvidos. Nos apropriando da contribuição da sociologia clássica, observamos que é no plano das relações cotidianas que desenvolvemos as estratégias de dominação, vendo no outro uma ameaça, uma fera que precisa de ‘corrente’ ou um cão feroz que necessita da ‘coleira’ bem apertada, tanto pela força de uma liderança carismática, de um poder passado pela hierarquia da descendência, da tradição e dos costumes quanto pela legitimidade de uma lei.

Exemplificando as estratégias de dominação nas relações cotidianas

É importante ainda notar que o ideal da dominação, sobretudo quando expresso na dialética do opressor/oprimido ou do oprimido/opressor não é coisa que está somente na mentalidade daqueles que

ocupam o topo da pirâmide social. Paulo Freire (2005) já nos alertou que, devido à situação de permanente submissão e subalternidade, o sonho do oprimido pode ser o de se tornar opressor, uma vez que essa lógica é inculcada, assimilada, introjetada e naturalizada. E como expressou Patrick Viverert (2013, p. 58): “O fato de ser ou de ter sido vítima não garante de modo algum que não venha a tornar-se carrasco”.

Dadas as resistências que podem vir a despertar, oprimir e dominar não são coisas fáceis. Por isso sempre é preciso estratégias. Na comunicação, por exemplo, sempre esperamos ouvir do outro aquilo que diríamos se estivéssemos com a boca dele agarrada à nossa face. Contudo, como não concebemos o outro anunciando algo muito diferente daquilo que estamos acostumados e que queremos ouvir e não podemos deixá-lo de lado, totalmente ignorado, lançamos mãos dos recursos que estão à nossa disposição. Assim, quando o outro se desvia demais do percurso por nós mentalizado, nós o corrigimos, meio ‘descabriados’, em sua narrativa, dizendo: “não era isso o que ele queria dizer”, ou “estamos entendendo o que você está tentando dizer”. E logo o interpretamos com nossas palavras, a partir de nossa gramática própria. Pois quando não nos é possível subjugar frontalmente o outro, fazendo com que ele fale ou se comporte como esperamos, cabe-nos, ao menos, como recurso inicial, uma interpretação. É interessante imaginar que a interpretação pensa que a ação do outro saiu daquele jeito porque meio equivocada. A interpretação como estratégia de dominação é um chamamento à conversão, e objetiva corrigir os possíveis desvios. Ao interpretar, colocamos o outro, automaticamente, se não sob as base de

nossa dominação, ao menos sob a suspeição de nossas explicações.

Porém, nem sempre a interpretação é suficiente, pois a diferença, o outro, a alteridade confundem os espaços de mesmices aos quais estamos acostumados. Nas palavras de Skliar (2002, p. 87) “El otro ya no parece ser sólo un afuera permanente, o una promesa integradora, [...]. Su irrupción confunde el espacio de la mismidad”. A diferença é complexa, cheia de surpresas, nem sempre tão encantadora como na poesia.

E quando o outro nos escapa na interpretação, lançamos mão de ‘ferramentas mais eficazes’. É então que tentamos traduzi-lo ao nosso modo. Traduzir, de alguma forma, significa não somente subjugar, dominar, mas amansar, domesticar, assimilar, tonando o estranho mais familiar. A tradução, diferente da interpretação, parte do pressuposto de que o outro é um estrangeiro no terreno onde se encontra. Acredita que a pronúncia do outro é diferente porque ele não está dentro dos enquadres apropriados a um nativo. A tradução entende o outro como ‘um estranho no ninho’. Dessa forma, ela não apenas interpreta, mas oferece uma versão ‘verdadeira’ para os fatos. Sendo assim, não há problema se a tradução se aproximar de uma ‘traição’ ao outro. A tradução afirma que o outro não sabe se comportar, por isso ela tem o dever de dizer ‘como é que a banda toca’. Logo, traduzir é dizer, é nomear, é rotular numa outra língua. Nesse modelo relacional, o outro é a bicha, é o trombadinha, é a periguete, é o bandidozinho, é o negro, é o índio, é o crente, é o tarado, é a puta. Na tradução o diferente deixa de ser o outro para ser uma definição, um epíteto, um apelido. É o aleijado, é o mouco, é o cego, é o bonitão sarado, é a gostosa, é a vadia. Na tradução, tentamos subjugar o

outro, de uma forma ambígua, mas também sutil, imaginando dar-lhe um carimbo que diga como ele deve se comportar.

Interpretação e tradução são formas de enquadramentos do paradigma maior, aqui nomeado de dominação, visto estarmos o tempo todo tentando dominar, interpretar, converter, traduzir o outro, como que a mostrar nosso poder sobre aqueles que se dirigem a nós. Ou, como bem disse Rodrigues (1995, p. 26): “Estamos continuamente tentando mudar o comportamento de outrem, ou sendo alvo da tentativa de outrem de mudar nosso comportamento”. Para conseguir nosso intento, usamos de tudo, utilizamos todo o nosso potencial de influência social, transformado em poder de recompensa, coerção, referência, conhecimento, legitimidade, informação etc. (RODRIGUES, 1995).

Sinais da dominação no plano local de nossas relações

Temos falado muito de democracia, mas em muitos momentos ela esconde mais do que revela as nossas contradições. Olhemos como exemplo os resultados relacionais expostos tanto nos meios de comunicação quando nas redes sociais após uma disputa política acirrada, como foram as eleições de 2014 e seu complemento no chamado ‘golpe brando’ de 2016 no Brasil. A partir do prisma das relações humanas, temos visto se alargar um resultado bastante assustador, mostrado no recrudescimento de nossos já existentes abismos nacionais, cada vez mais expresso numa sorte de derramamento de ódio político separatista e opressor que respinga contra negros, nordestinos, migrantes, pobres, estudantes, mulheres, beneficiários de bolsa família e demais grupos minoritários.

Gilberto Freire, nos anos 30 do século passado, cunhou a expressão “democracia racial” para definir o que ele pensava vivermos no Brasil. Naquele quadro intelectual, o referido sociólogo assumia não sermos europeus, brancos, negros nem índios somente, mas uma raça própria, uma mistura de todas aquelas matrizes, no sentido dado mais tarde por Darci Ribeiro (2004). O que seria a democracia racial? Era a ideia de miscigenação humana, numa convivência sem preconceitos, sem dominação? Na ocasião a expressão deveria ter um peso e um sentido muito bonitos, como num chamado à conciliação, e saindo das páginas de um discurso urbano, passava pelas soleiras da Casa Grande, atravessava os Engenhos e ia até as Senzalas. Para o hoje de nossa história, ela parece ter perdido seu valor e se ainda nos serve, sua utilidade funciona apenas como metáfora, como sonho, utopia para um futuro cada vez mais distante. Talvez não nos seja possível, tão cedo, uma democracia regional, étnica, cultural nem uma cidadania para todos, indistintamente, sem um esforço deliberado coletivamente.

No entanto, se formos revirar a nossa história, iremos compreender este nosso problema advindo de nossas mais remotas origens. Nascemos todos de um choque de diferenças, dum confronto pluricultural. O europeu, achando-se melhor, invadiu a terra dos nativos; não tendo como trabalhá-la e povoá-la, tentou escravizar o indígena; não conseguindo seu completo intento, raptou africanos, comprando ou subornando tribos rivais para destituir o povo negro de sua alma, com o fim de fazê-los, sob peia, aqui produzir. Aliás, escarafunchando a história da escravidão humana, mostrando como ela foi realizada em várias partes do mundo, a escritora surinamense, Cynthia McLeod

(2002) questionou o fato da escravidão praticada pelos europeus nas Américas ter tido tanta necessidade de desapossar o povo negro de sua alma, tornando-o, na melhor das hipóteses, um animal de serviços e, na pior, uma besta feroz. Não podemos negar que esta parte da história também pertence ao Brasil. Somos, portanto, fruto do autodesprezo, do ódio mortal recíproco, duma falta de consideração e compreensão pelas diferenças. Desde os tempos da colonização índios vem odiando brancos, brancos detestando índios e chamando-os de preguiçosos, brancos dominando e desprezando negros e negros se submetendo, na chibata, resistindo e abominando brancos (RIBEIRO, 2004).

E apesar de há algum tempo reconstruindo a democracia, ainda não somos tão democráticos assim. Vivemos a contradição do que dizemos e fazemos com nossas diferenças. Se olharmos bem iremos notar que a maioria das crianças abandonadas vem não só das camadas populares, mas também tem origem negra em número bastante expressivo, que as mulheres e as crianças ainda são as principais vítimas de violências, mesmo depois de publicados o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei Maria da Penha. Veremos ainda que os salários femininos não se equiparam aos masculinos, havendo inclusive quem ache isso correto. Notaremos que os direitos dos idosos, assegurados por lei, não são respeitados, que as pessoas com deficiências ainda são maltratadas, que a acessibilidade e a lei de cotas pouco contam. Além disso, ainda precisamos fazer valer o estatuto da igualdade racial e carecemos estabelecer sistemas de cotas para o ingresso de negros e pobres em universidades públicas, e que necessitamos oferecer isenções para alunos pobres, entre outras práticas.

É essa a nossa sociedade. Contraditória em termos relacionais. Nós nos estranhamos, reciprocamente, desde os primórdios, por isso nos excluimos quase que epidemicamente. E se nos amamos é sempre “entre tapas e beijos” e nunca entre beijos e carícias. E se nos olharmos, como nação continente, perceberemos que vimos, ao longo desses cinco séculos, aproveitando a expressão de Ferre (2001), “nos perturbando mutuamente”, cada um lembrando ao outro seus defeitos, mazelas e passados.

A dominação nos níveis econômicos e políticos globais

Reconhecemos que apesar de todo apelo contemporâneo pelos ideais da democracia, o desejo de dominação tem tanto se infiltrado em nossas microrrelações sociais, como destacado acima, quanto se alastrado por todas as nossas macrorrelações. Aliás, no quesito dominação micro e macro se interfecundam. Como afirma Gonzáles Rey (2005, p. 26): “Mesmo que no mundo de hoje se fale sobre democracia, o autoritarismo continua sendo a cultura que anima, em todos os níveis, as posições de poder na sociedade ocidental”. E na opinião de Genro (2014, p. 14): “Há um déficit democrático visível em todas as sociedades hoje, sejam elas mais desenvolvidas ou menos desenvolvidas”. Certamente, como nação independente, cada povo tem seus interesses particulares e é seu direito defendê-los. Entretanto, ultimamente, temos entendido, a partir das denúncias de grampos telefônicos, apontando a prática da espionagem a chefes de nações, em vários pontos do planeta, por parte de órgãos do governo americano, ainda não desmentidas publicamente, que nas relações internacionais o diferente tem sido encarado sob a ótica da dúvida e do medo ou de outras

desculpas mais subterrâneas. É claro que alguém pode pensar que estaríamos tratando problemas eminentemente políticos e econômicos fora da ótica apropriada ou atribuindo a eles outra interpretação. Mesmo isso não negando, estamos também alumiando o caráter das relações humanas, do humano presente em tudo e em todos os lugares, mostrando a possibilidade de respeito ou não ao diferente. E nesse sentido, o outro de nossas relações diplomáticas, não apenas nos filmes de espionagens, mas na vida real, está, isso em caráter permanente, posto sob suspeição ou sob possível subjugamento. Para os governos americanos que vem se sucedendo ao longo das últimas décadas, a Coreia do Norte, Cuba, Rússia, boa parte do Oriente, em especial o mundo islâmico, têm sido sempre fontes de preocupações. Aliás, alguns de seus pensadores vêm defendendo que os choques e os conflitos futuros não cessarão, mas continuarão entre povos e nações, acentuando-se, sobretudo, entre povos e nações com civilizações diferentes (HUNTINGTON, 2010). Não é grosseiro destacar que em seus argumentos relacionais, os Estados Unidos da América têm se autorizado,

por exemplo, a invadir e a bombardear países que não rezam através de sua cartilha, se achando inclusive no direito de estipular quais países são bons e quais nações representam o “eixo do mal”. Criticando esse comportamento, diz Eagleton (2010, p. 194): “Na chamada guerra contra o terrorismo, por exemplo, a palavra mal realmente significa: “Não procure uma explicação política”. A palavra “mal” transfere a questão desse reino mundano para outro sinistramente metafísico”. Porém é importante não ter medo de levantar o tapete das relações e ver o que por baixo se mantém escondido. Reparando o outro, lógico que sem sair de si, eles são capazes de determinar o modelo político mais agradável para seus interesses pessoais, usando dois pesos e duas medidas, em apoio aberto a um ditador, por causa do petróleo daquele país, e mais tarde derrubando-o em nome da democracia (BHUTTO, 2008). Por esse viés, os países não alinhados não são muito bem vistos e dificilmente terão um lugar nos blocos das mais poderosas nações do mundo, ou mesmo uma cadeira no conselho de segurança da ONU – Organização das Nações Unidas.



Depois de tantos anos de contatos, os povos não poderiam ter modificado suas mentalidades? Para Santos (2015, p. 55): “[...] a cultura ocidental e a modernidade têm uma ampla experiência histórica de contato com outras culturas, mas foi um contato colonial, um contato de desprezo, e por isso silenciaram muitas dessas culturas, algumas das quais destruíram”. Talvez por isso, apesar de reconhecermos que o mundo humano sempre teve conflitos, na atualidade, a situação relacional parece estar piorando em várias direções. Estarrece-nos a constatação de que povos de um mesmo país, até certo ponto irmãos, se autoeliminam, como foi o caso dos sérvios e dos croatas, na Bósnia, dos católicos e protestantes na Irlanda, dos curdos, xiitas e sunitas, judeus e palestinos, no Oriente Médio, hindus e mulçumanos na Índia, guerras civis envolvendo tribos africanas e tantos outros exemplos sem conta ao redor do mundo. É claro que esse ponto mereceria mais aprofundamento, pois nos parece que um conflito não surge do nada, mas sim de interesses nem sempre internos somente.

De qualquer modo, analisando bem, Duschatizky e Skliar (2001) acertaram quando disseram que o século XX, em diversas ocasiões, considerou o diferente como uma ameaça permanente ou como a fonte de todo mal. Esse modo de “olhar excludente que o ser humano lança sobre o outro”, conforme Silva (2013, p. 201), “[...] conhece vários nomes e sistemas políticos na história da humanidade: racismo, etnocentrismo, antissemitismo, sexismo, machismo, xenofobismo, homofobia, franquismos, nazismo, fascismo, autoritarismo, ditaduras militares, terrorismos etc.”. A rejeição, o desprezo e o ódio ao outro tornaram-se quase tão ‘aceitáveis’, tão ‘naturais’ e ‘inquestionáveis’ que Castoriadis (1992, p. 37) chegou mesmo a reconhecê-lo

como “componente, não necessário, mas extremamente provável da instituição da sociedade”. Nessa esteira estão explicitados o genocídio e o epistemocídio praticados na história contra vários povos, entre os quais o povo negro (GUARESCHI, 2006). Aqui tendemos a concordar com Patrick Viverert (2013, p. 58): “A ideia de que o mal são os outros impede a humanidade de tratar sua própria barbárie interior”.

Nossas sociedades perfiladas em culturas autoritárias, tanto global quanto local, pregam tão somente a democracia teórica, a solidariedade verbal entre os povos, a cooperação fictícia multilateral, pois parecem ter pelas exigências destas práticas um enorme desprezo, preferindo sempre o controle e o disciplinamento de toda e qualquer forma de alteridade. Como assegura Carlos Skliar (2002, p. 89): “La sociedad disciplinar asume la forma de una grilla que representa una demarcación estricta de territorios, lo que permite observar y controlar a los sujetos, reparar en sus presencias y en sus ausências”. Por isso, uma vez não sendo possível o distanciamento, qualquer diferença precisa ser desqualificada, enquadrada, subjugada ou extinta através dos mecanismos mais severos da dominação.

A dominação tem se constituído um mecanismo estruturado, podendo se apresentar sutil ou alardeoso, confirmando a hipótese acima aventada de que dominar parece ser o fim derradeiro de nossa relação com outro, em toda a sua diferença. Aliás, do nível macro de nossas relações, como reflete Eagleton (2010, p. 218): “O preço que o Ocidente agora exige de culturas mais pobres e fracas, que simplesmente querem sobreviver, é que elas apaguem suas diferenças”.

Não há como negar, ao redor do mundo, a dominação dos homens sobre as

mulheres, dos latifundiários sobre a pequena propriedade, dos adultos sobre as crianças, dos novos sobre os velhos, dos ricos sobre os pobres, dos brancos sobre os negros, dos héteros sobre as demais manifestações da sexualidade humana etc. A história está repleta de estratégias, mais ou menos bem sucedidas, de controle e dominação da alteridade, tanto por meios destrutivos, como a invasão e o bombardeio de territórios alheios, quanto por meios punitivos, como as sanções e embargos políticos e econômicos às nações não alinhadas. Isso revela que não temos sido a humanidade da racionalidade, do ponderamento, da diplomacia, da compreensão plural. Temos comportamentos bastante autoritários e enquadrativos, com consequências muito graves. Para Maffesoli (2003, p.80): “Os exemplos históricos não faltam, mostrando que a redução ao uno: religioso, ideológico, moral, resulta inevitavelmente nos piores totalitarismos”.

Da indiferença à tolerância em nosso universo relacional

O diferente nos perturba de certo porque queremos enxergar o mundo pelas lentes de uma pseudonormalidade fictícia. Olhando ao seu redor, o que salta aos olhos de uma pesquisadora como Ferre (2001, p. 197): “[...] é, precisamente, a realidade de que nosso mundo é um mundo no qual a presença de seres diferentes aos demais, diferentes a esses demais caracterizados pelo espelhismo da normalidade, é vivida como uma grande perturbação”. Não importa como os diferentes se apresentam – anomalia congênita, deficiência física, limitação intelectual, inteligência acima da média, loucura, surdez, dependência química, cultura exótica, velhice – em nosso julgamento, eles parecem ser constantemente um mal a ser temido,

dominado, subjugado, pois acabam nos trazendo sentimentos que vão da compaixão ao desprezo, do ódio à caridade, do mal-estar à rejeição, numa complexidade subjetiva incomensurável, podendo, por isso mesmo, revelar as nossas contradições.

O problema da diferença, contudo, é que ela, onde quer que desponte, é sempre indômita. Ela nunca desaparece definitivamente. Até tentamos reduzi-la, interpretá-la, traduzi-la, assimilá-la, convertê-la, imitá-la, enquadrá-la, e mesmo destruí-la. Mas quando a matamos fisicamente, ainda assim ela volta como um fantasma a nos apavorar. Então, como não somos bem sucedidos em nossa empreitada derradeira, porque o diferente esperneia e reivindica, a duras penas, a sua alteridade, e nós, por outro lado, não vemos meios ou nos acanhamos de continuar eliminando-o, nos quedamos entre o silêncio e o nada a fazer... Dessa forma, só nos resta, indiferentes, tolerar.

Entretanto, esse buraco humano chamado tolerância também é bastante problemático, se analisado antropológicamente. “A tolerância é uma necessidade, um ponto de partida “ineludível” para a vida social; mas é também uma virtude?” (DUSCHATZKY & SKLIAR, 2001 p. 135). Quem tolera parece se colocar acima do tolerado, partindo do pressuposto de que todo tolerável é sempre errado ou, no mínimo, reprovável. Mas quem disse que ser negro, índio, deficiente, mulher, idoso, criança, homossexual é ser errado ou repreensível? Com base em que fundamento se deve tolerar um imigrante? Com que autoridade estabelecemos os critérios da tolerância? Se o outro estiver errado, seja punido. Porém, ninguém pediu para ser quem é. Na verdade, nascemos ou nos tornamos

aquilo que somos, muitas vezes à nossa revelia racional. E se esse argumento estiver correto, não faz sentido tolerar uma pessoa por ser surda, louca, doente ou gay. Serão elas necessitadas dessa tolerância?

A tolerância, com certeza, não está livre de ambiguidades, pois desconhece a dignidade presente nas diferenças. Como forma especializada de dominação, a tolerância violenta a diferença, não vendo o outro como alguém que tem direito a ser diferente, a ser quem ele, realmente, é. Sem dúvida, a tolerância debilita as diferenças e mascara as desigualdades políticas e circunstanciais. Assim sendo, estão certos Duschatzky e Skliar (2001 p. 136): “A tolerância tem uma grande familiaridade com a indiferença”. A tolerância é uma forma de não nos importarmos com o destino do outro, seja ele negro, gay, usuário de droga, criança abandonada ou em conflito com a lei etc. Ao afirmarmos que somos tolerantes estamos alegando que, em muitos casos, somos indiferentes. É como se disséssemos: “Isso não é da nossa conta, quem tem o que é seu usa como bem quer, não estamos nem aí”. A tolerância é quase um lavar de mãos às avessas.

Com toda certeza, não pode haver relação com o diferente se seu rosto é ignorado (SKIAR, 2002). Afinal de contas “[...] aceitar o estrangeiro não é transformá-lo num clone de si mesmo, é, pelo contrário, admitir que sua diferença tem um efeito sobre a sociedade, que a alteridade perdura” (MAFESSOLI, 2003, p.53).

A tolerância nega e mascara a existência da diferença, põem-se acima de todos e até de si própria. Ela não é só indiferença, é também arrogância. Talvez por isso achamos nossa família a melhor, nosso partido o mais batalhador, nosso sindicato o menos corrupto, nossa

religião a mais correta, nossas práticas as mais ajustadas, nosso comportamento o mais racional e até somos capazes de nos apresentar como exemplo a ser seguido. Se as coisas dos outros não são como as nossas, não há problema, nós as toleramos, já que não podemos eliminá-las. Toleramos na indiferença e na arrogância.

Soluções abertas para um novo modelo relacional

É claro que vivemos no tempo veloz da tecnologia e da informação. Mesmo assim, parece que esta situação não tem sido aproveitada em sua melhor possibilidade. Hoje, como pensa Fonseca (2016, p. 328) “Ninguém olha mais olho no olho, ninguém escuta ninguém, ninguém dialoga mais com ninguém, às vezes as pessoas só se falam”. Então, para sair do ilhamento da dominação cremos ser necessário aprender a construir pontes, abraçando a complexidade da existência humana, sem medo dela, aceitando viver no templo da pluralidade e da diversidade. É preciso portanto abertura para o diálogo, entendendo que, como nos ensinou Paulo Freire (2005, p. 91): “O diálogo é este encontro dos homens, mediatizados pelo mundo, para pronunciá-lo, não se esgotando, portanto, na relação eu-tu”. Importa a disposição para nos escutar, compreender, respeitar e amar como somos: diferentes na diferença. Não penso que esta seja uma solução moralista, mas primordialmente ética. Pois, como assegura Eagleton (2010, p. 216): Somente alguém com quem você pode se comunicar pode afirmar suas diferenças com relação a você”.

Esse diálogo não seria de qualquer natureza. No plano micro de nossas relações ele não deveria ser travestido do monólogo a que estamos acostumados a presenciar, onde um lado, o hegemônico,

acaba impondo suas vontades. Na dimensão mais ampliada e macro de nossos relacionamentos, o diálogo deveria ser então um diálogo intercultural, entendendo quão profunda esta prática mereceria ser. Como pensa Santos (2015, p 55-56): “No diálogo intercultural, temos de produzir uma luta contra duas frentes. Uma é a política da hegemonia: não há outras culturas críveis. A outra é a política de identidade absoluta: há culturas, mas são incomensuráveis”. Nos interstícios dessa luta devemos inventar possibilidades, estando abertos à novidade.

O caminho proposto através do diálogo nos indica aproximação à pluralidade, à diversidade, no convívio com as diferenças, reunindo-as num ato de compreensão humana em seu sentido mais profundo. “La comprensión habitaría entonces el lugar fronterizo: el límite donde se daría la tensión entre lo familiar y lo extraño o, lo que es lo mismo, entre lo idéntico y lo diferente, entre lo propio y lo ajeno, entre lo mismo y lo outro” (LARROSA, 2002, p. 77). Essa disposição ética nos ajudaria a perceber que a incompreensão, como diz Edgar Morin (2013, p. 15): “[...] tem numerosas origens: o erro, a indiferença ao próximo, a incompreensão entre culturas, a possessão por deus, por mitos, por ideias, o egocentrismo, a abstração, a cegueira, o medo de compreender...”. Somente assim teremos como aceitar aquilo que nos trouxe Perez (2005, p. 49): “Quanto mais me envolvo, mais aprendo a enxergar possibilidades com o outro”. Contudo, é preciso aqui uma sutileza crítica, pois compreender e respeitar as diferenças não é tolerar. Nas palavras de Silva (2002, p. 66). “A diferença não pede tolerância, respeito ou boa-vontade. A diferença, desrespeitosamente, simplesmente difere”.

Palavra final

O percurso reflexivo acima feito nos mostrou que o nosso modelo relacional mais básico pauta-se na dominação do outro. Quando aparece baseado no distanciamento, ele tona-se bem reconhecível, só ficando um pouco mais difícil de ser percebido quando muda suas feições para a indiferença ou para a tolerância, que são também variantes suas. É importante, contudo, não perder de vista que a indiferença, manifestada na tolerância, oculta uma ambiguidade terrível, pois se assenta em um pedestal ideológico bastante arrogante. Por que tolerar o outro, o diferente, a alteridade? A subjugação, bem mais direta e mais claramente ilustrável forma de dominação, em sua manifestação mais extrema, acaba acalentando o desejo de anulação ou o de extermínio do outro. Como isso nem sempre é possível, ela também pode se camuflar, com alguma sutileza, aparecendo ora como interpretação ora como tradução das diferenças. Mas porque o outro não pode ser como é, sem subterfúgios?

Do ponto de vista aqui adotado, a dominação, em suas práticas, fere a alteridade, nega a diversidade, elementos para a construção de interações relacionais. A dominação pode ser, na atualidade, considerada, tanto subjetiva quanto objetivamente, estrutural, se destacando tanto em nossas microrrelações cotidianas, quanto nas macrorrelações entre nações. Todas as formas de dominação estão eivados de violências, revelando-se um mal para as relações sociais. Ao negar a diferença, a dominação se apresenta como caminho sem saída para as relações sociais contemporâneas. Em primeiro lugar, tomar o rumo da subjugação, interpretando, traduzindo ou, em seu extremo, eliminando, nos levaria ao extermínio de toda expressão de

alteridade. Em segundo lugar, revestir nossas relações de distanciamento, nos conduziria à arrogância descabida da tolerância indiferente. Por essa razão, por nos encontrarmos nessa encruzilhada, precisamos enfatizar a importância do respeito, do diálogo e da aproximação ao outro como elementos definidores possíveis de uma nova convivência em sociedade, tanto no nível local quanto global.

Referências

BATISTA, C. A. M. A questão da deficiência mental. Em BRASIL. **Ensaio Pedagógico: Construindo escolas inclusivas**. Brasília: MEC, SEESP, 2005.

BAUMAN, Z. **O Mal-Estar da Pós-Modernidade**. Trad. M. Gama e C. M. Gama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

BITTENCOURT, R. N. A fragilidade das relações humanas na pós-modernidade. **Revista Espaço Acadêmico**. Nº 100 – Mensal – Setembro, 2009. Disponível em <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/viewFile/7606/4568>. Acesso em 12 fev. 2014.

BHUTTO, B. **Reconciliação: Islamismo, Democracia e o Ocidente**. Trad. Alexandre Martins. Rio de Janeiro: Agir, 2008.

CASTORIADIS, C. **As Encruzilhadas do Labirinto: O mundo fragmentado**. Trad. R. M. Boa Ventura. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

CASTRO, L. R. **O futuro da infância e outros escritos**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.

DUSCHATZKY, S. & SKLIAR, C. O nome dos outros: Narrando a Alteridade na cultura e na Educação. In: LARROSA, J. & SKLIAR, C. **Habitantes de Babel: Políticas e Poéticas da Diferença**. Trad. S. G. da Veiga. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

EAGLETON, T. **Depois da Teoria: Um olhar sobre os estudos culturais e o pós-modernismo**. Trad. M. Lúcia Oliveira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

FERRE, N. P. L. Identidade, diferença e diversidade: Manter viva a pergunta. In: LARROSA, J. & SKLIAR, C. **Habitantes de Babel: Políticas e Poéticas da Diferença**. Trad. S. G. da Veiga. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

FONSECA, A. S. S. Crise e Esperança. **HOLOS**, Ano 32, Vol. 7, 2016. DOI: 10.15628/holos.2016.3399.

FRAGA, V. G. Os três tipos de dominação legítima de Max Weber. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 18, n. 3791, 17 nov. 2013. Disponível em <http://jus.com.br/artigos/25863>. Acesso em 12 fev. 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 42ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GONZÁLEZ REY, F. O Valor Heurístico da Subjetividade na Investigação Psicológica. In: GONZÁLEZ REY, F. (Org.) **Subjetividade, Complexidade e Pesquisa em Psicologia**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

GENRO, T. Como a participação popular pode melhorar nossa democracia. Palhares, Joaquim Ernesto (org.). **Participação social e democracia**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014.

GUARESCHI, P. A. Pressupostos Psicossociais da Exclusão: Competitividade e Culpabilização. Em SAWAIA, B. (Org.). **As Artimanhas da Exclusão: Análise Psicossocial e Ética da Desigualdade Social**. 6ª ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

HUNTINGTON, S. P. **O Choque de Civilizações e a recomposição da ordem mundial**. Trad. M. H. C. Cortes. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

JESUS, C. M. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. 6ª ed. São Paulo: Francisco Alves, 1960.

LARROSA, J. Para qué nos sirven los extranjeros? **Educación & Sociedad**, Ago 2002, vol 23, no. 79, p. 67-84.

MAFFESOLI, M. **Entre o Bem e o Mal: Compêndio de Subversão Pós-Moderna**. Trad. Joana Chaves. Lisboa: Instituto Piaget, 2003.

MERTON, T. **Homem Algum é Uma Ilha**. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Agir, 1968.

MORIN, E. **Ciência com Consciência**. 6ª ed. Trad. M. D. Alexandre e M. Alice S. Dória. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

MORIN, E. Entender o mundo que nos espera. In: MORIN, E; VIVERET, P. **Como viver em tempos de crise?** Trad. Clovis Marques. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

MCLEOD, C. **Slavernij en de Memorie**. Amsterdam: Uitgereij Conserve, 2002.

PERES, E. C. M. F. Na Multiplicidade da Floresta dona Lagarta Pirlampa. In: BRASIL. **Ensaio Pedagógico: Construindo escolas inclusivas**. Brasília: MEC, SEESP, 2005.

RIBEIRO, D. **O Povo Brasileiro**: A formação e o sentido do Brasil. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

RODRIGUES, A. **Psicologia Social para Principiantes**: Estudo da Interação Humana. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

TOREN, C. Antropologia e Psicologia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Vol. 27 n° 80, outubro 2012.

SKLIAR, C. Alteridades y pedagogias: O... Y se o outro no estuviera ahí? **Educação & Sociedade**, Ago. 2002, vol. 23, no. 79, p 85-123.

SANTOS, B. S. **Renovar a Teoria Crítica e reinventar a emancipação humana**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

SILVA, T. T. Identidade e diferença: impertinências. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 79, p. 65-66, ago. 2002.

SILVA, A. L. Pluralidade e Diversidade: Pensar sobre a diferença e a sua emergência na escola. **Revista Lugares de Educação [RLE]**, Bananeiras/PB, v. 3, n. 6, p. 197-213, Jul.-Dez., 2013

VELHO, G. MetrÓpole, Cultura e Conflito. In: VELHO, Gilberto. **Rio de Janeiro: Cultura Política e Conflito**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2007. p. 9-29.

VIVERET, P. O que faremos com a nossa vida? In: MORIN, E; VIVERET, P. **Como viver em tempos de crise?** Trad. Clovis Marques. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

Recebido em 2015-10-08
Publicado em 2017-02-05